

Editorial V5. N1 2020

Caros Leitores,

É com satisfação que apresentamos a edição do ano de 2020 da Revista Internacional de Debates da Administração e Públicas (RIDAP). A RIDAP foi um dos primeiros periódicos nacionais a disponibilizar manuscritos revisados sobre o impacto da COVID-19. Naquele momento os sinais do que nos aguardava já estavam evidentes e tomamos como marco a paralização das atividades acadêmicas de cunho presencial, de um lado, tivemos de fazer um esforço adicional para fortalecer a interação do corpo editorial por meio das plataformas digitais, e de outro lado, a demanda por informações de cunho técnico-científico se tornava cada vez mais relevante e a velocidade passou a ser elemento chave. Nesse contexto a RIDAP passou a adotar o sistema de publicação em fluxo contínuo tornando célere o processo de disponibilização dos trabalhos revisados para o debate na comunidade acadêmica.

Com este volume a RIDAP mantém sua vocação de atingir público variado de profissionais e acadêmicos atuantes nas esferas pública e privada. Desta forma, tem recebido continuamente manuscritos que retratam a aplicação de modelos e ferramentas gerenciais em organizações, ou mesmo a análise de casos que ofereçam contribuições relevantes ao campo.

A presente edição da Revista RIDAP contempla um conjunto de dezesseis artigos selecionados por meio da avaliação por pares em sistema *blind review*, que abrangem temáticas de interesse no contexto acadêmico e das organizações, como também da comunidade de modo geral.

Os artigos publicados nesta edição apresentam os resultados de diversas pesquisas envolvendo as suas áreas de abrangência, tais como: COVID-19; Política Pública sobre álcool; Assistência Social e Família; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PIC); Política Urbana; Turismo; Políticas para Bibliotecas Públicas; Acervos Digitais; Violência na Escola; Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); Dispositivo de Capacitação como instrumento de Política Pública; Gestão Democrática e Educação Ambiental; Política de Conteúdo Local; Política Tributária e Princípios Constitucionais.

Indicadores de Gestão Pública; Capacitação e Desenvolvimento de Gestores; Gestão Democrática no Ensino Básico; Escola Democrática; Modelos de Participação Popular na Administração Pública; Orçamento Participativo, Proteção do Patrimônio Cultural; Educação Ambiental; Rede de Atenção Psicossocial (RAPs); Unidades de Saúde, entre outras.

Os artigos publicados são derivados de diferentes instituições e organizações do país, tais como: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Universidade Ibirapuera (UNIB), Centro Universitário UniMetrocamp, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Campus Cubatão), Horizonte Formação e Pesquisa (HFP), Secretaria da Fazenda e Planejamento Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) de São Paulo, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP), Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS/SP), Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal da Educação de Araraquara e Prefeitura Municipal de Guarulhos.

O primeiro artigo dessa edição, intitulado “**Abordagem Comparativa sobre Óbitos da COVID-19 no Brasil e na Itália e Planejamento de Ações na Gestão Pública**”, dos autores Heloisa Candia Hollnagel e Alexandre Augusto Vitorino, apresentou uma análise crítica dos resultados sobre o efeito da Covid-19 provocada pelo vírus Sar-CoV-2, considerando as estratégias de enfrentamento na Alemanha e Itália na tentativa de dar apoio para reduzir a mortalidade no Brasil. A pesquisa buscou contribuir para as questões referentes à mensuração da pandemia e o formato de dados a respeito do comportamento das fatalidades entre os grupos de risco.

O artigo “**Políticas Públicas Sobre Álcool no Brasil e Sua Integração Com o SUS**”, dos Autores Paula Barros Raizer, Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes, Heloísa Garcia Claro e Nicole Aguilar Gayard, buscou descrever as políticas públicas sobre o uso do álcool e suas consequências na saúde pública, focando na forma em que se dá o atendimento aos alcoolistas no SUS. Por meio da análise da literatura, bem como de documentos oficiais, o estudo analisou a evolução das políticas sobre álcool no Brasil nas últimas décadas e o

atendimento ao alcoolista dentro do sistema, que podem ser divididas em duas estratégias: redução de danos e proibicionista.

O terceiro trabalho intitulado “**Panorama da Oferta de Práticas Integrativas e Complementares nos Serviços de Atenção Primária do Município de São Paulo**”, dos autores Gabriella Cunha Alkmin, Karina Pavão Patrício e Patricia Rodrigues Sanine, teve como objetivo avaliar como encontra-se a oferta das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na rotina dos serviços de Atenção Primária (APS) do município de São Paulo. Foi realizada uma pesquisa avaliativa, de abordagem quantitativa, que utilizou dados resultantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) no município de São Paulo, em 2018.

O artigo intitulado “**A Política de Assistência Social com Centralidade na Família na Cidade de São Paulo**”, das autoras Mariana Alves da Mata Ugolini e Solange Alves Duarte dos Santos, buscou analisar a Política de Assistência Social com centralidade na família, tendo como referência os quatro últimos programas (período de 2002 e 2018) desenvolvidos no Município de São Paulo e voltados para o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social: o Programa Fortalecendo a Família (PFF), o Programa de Assistência Social à Família (PROASF), o Programa Ação Família - Viver em comunidade e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

A pesquisa apresentada no artigo “**Plano Municipal pela Primeira Infância: Atividade Política e Política Pública**” de autoria de Silvana Cordelini e Maria Cristina Zago Castelli, teve por objetivo estudar a evolução do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) como política pública no Estado de São Paulo, além de identificar os municípios da Região Metropolitana (RMSP) que tornaram Decretos os seus PMPI, comparando-os em termos da atuação de organizações sociais com aqueles que não o fizeram.

O sexto artigo desta edição intitulado “**Conselho Gestor de Zeis De Heliópolis: Uma Experiência de Participação Social na Política de Habitação do Município De São Paulo**” de autoria de Jucileia Aparecida Nascimento, teve como objetivo discutir o Conselho Gestor de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) como um espaço de participação social, tendo como ponto de análise inicial a Constituição Federal de 1988. Foi analisada a

experiência deste Conselho no bairro de Heliópolis, localizado na região sudeste do município de São Paulo, fundado na década de 1970, sendo composta por 14 glebas, tendo em média 125.000 habitantes.

O artigo **“Gestão Pública do Turismo: um Estudo de Caso sobre o Estado de São Paulo na Contemporaneidade**, de autoria de Rodrigo Herzer e Aristides Faria Lopes dos Santos, apresentou como objetivo identificar fatores que potencialmente inviabilizam a classificação de um município como “Município Turístico” no contexto de São Paulo. A expectativa, por meio desta pesquisa, é entender como o planejamento e a gestão de políticas públicas no turismo podem beneficiar uma região, seus atores, suas instituições e a atividade turística como um todo.

No artigo intitulado **“Acervos Digitais: Desenvolvimento e Preservação da Memória Coletiva nas Cidades Inteligentes”**, os autores Sângela Cotrim Marques Costa, Fernando Padula Novaes e Luis Fernando Massonetto abordaram a importância dos acervos documentais para a formação da identidade e patrimônio das cidades. O artigo teve como objetivo discutir elementos relevantes da memória coletiva mediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação e aspectos do arcabouço institucional e da Gestão Pública.

Já no artigo intitulado **“Políticas para Bibliotecas Públicas: A Cidade de São Paulo como Foco”**, as autoras Joeli Espírito Santo da Rocha e Thaís Chang Waldman apresentam pesquisa que visa compreender as políticas relacionadas às bibliotecas públicas municipais na capital paulista e como elas se materializam no cotidiano da cidade. As autoras percorrem a trilha das origens das primeiras bibliotecas na cidade, passando pela evolução temporal, territorial, quantitativa e institucional. Essa reconstrução nos brinda com a descoberta dos serviços que essas unidades oferecem a praticamente um século e da necessidade de constante reelaboração da pactuação social em prol das bibliotecas no contexto de uma Gestão Pública Participativa (GPP).

No décimo artigo intitulado **“Dificultadores e Consequências na Implantação do Sistema de Proteção Escolar no Estado de São Paulo”**, os autores Luís Alberto Alves e Vinicius Ruiz Albino de Freitas buscaram pesquisar um tema candente que é a violência na esfera escolar abordando o Sistema de Proteção Escolar (SPEC) criado pela secretaria paulista de educação que busca oferecer à comunidade escolar ferramentas de mediação para redução

de danos. A pesquisa revelou impactos inesperados e necessidades de formação, capacitação e alteração do arcabouço institucional para melhor aproveitamento do programa pela comunidade escolar.

O artigo dessa edição intitulado **“Salas de Recursos Multifuncionais: Políticas Públicas do Município de São Paulo”**, dos autores Camila Neto Fernandes Andrade e Paulo Sergio Rodrigues de Paula, teve como objetivo abordar a importância e as implicações das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da rede e ensino da cidade de São Paulo sob o ponto de vista das políticas públicas. Os estudos sobre inclusão têm demonstrado relevância do tema no contexto atual, trata-se de uma política induzida pelo governo central e com implementação bastante complexa envolvendo meios especializados para tal.

Já no artigo intitulado **“Formação Continuada na Rede Municipal de Educação de São Paulo: o Caráter Indutor do Estado na Implementação das Ações Afirmativas”**, as autoras Adriana de Carvalho Alves Braga e Cláudia Cristina Haddad abordam o dispositivo de formação continuada docente, instituída na Secretaria Municipal de Educação, como meio de indução da Educação para as Relações Étnico-raciais. As autoras recorrem a uma revisão de literatura e levantamento de primário de dados para refletir sobre os temas eixo e a importância desse dispositivo na implementação da Política Pública.

No décimo terceiro trabalho intitulado **“A Democracia Participativa e os Documentos do Órgão Gestor da Educação Ambiental Brasileira”**, os autores Rodrigo Barchi e Lisandra Zago enfocaram os documentos emanados pelo órgão gestor da educação ambiental no país sob a perspectiva democrática em justa posição a radical debatendo a conceito de democracia participativa buscam uma síntese possível de como esse fenômeno se reflete nos documentos e referenciais brasileiros.

No antepenúltimo artigo de título **“A Política de Conteúdo Local dos Governos Petistas (2003-2016): desenvolvimento Econômico com Geração de Emprego?”** a autora Julia Gomes e Souza aborda a política pública de conteúdo local sob o prisma do desenvolvimento econômico e da geração de empregos para compreender os impactos dessa política na economia local. Tal trajetória parte da configuração do setor petrolífero nacional para investigar a construção da política e seus *outcomes* evidenciando a importância da política para os níveis de emprego e renda.

No artigo intitulado “**Tributação e Extrafiscalidade de Alimentos com Altas Quantidades de Açúcar: análises a Partir do Princípio da Seletividade e Impactos Sobre a Gestão Pública**” os autores Gustavo Frederico Ribeiro Peão e Ângela Limongi Alvarenga Alves os autores abordam a partir do o princípio constitucional da seletividade tributária *vis a vis* experiências internacionais indicar o impacto favorável da política Tributária sobre a Saúde da sociedade.

Por fim, no artigo “**O Princípio da Impessoalidade e sua Inobservância na Administração Pública Direta**”, os autores Lilya Any Leal Costa Magdesian e Francisca Candida Candeias de Moraes apresentaram um debate sob a lógica da pesquisa qualitativa do princípio da Impessoalidade e de sua imutabilidade no contexto da Administração Pública. Destaca-se que o debate sobre esse tema é objeto de estudos há mais de 5 décadas, felizmente o trabalho oferece elementos de sua aplicabilidade em prol do interesse da coletividade.

Mais uma vez, agradecemos a contribuição de todos os profissionais envolvidos pela dedicação para a elaboração dessa edição: avaliadores, membros do Conselho Editorial e do Comitê Científico, revisores normativos e assistentes editoriais, como também os autores que escolheram a Revista RIDAP como canal de divulgação para seus trabalhos. Prestamos nossos votos de satisfação ao suporte institucional da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP que viabilizou a plataforma institucional para a publicação de mais este volume.

Ótima leitura a todos!

Editor Científico: Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (Brasil).

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul –

UFRGS, Porto Alegre (Brasil)

Editora Adjunta: Profa. Dra. Claudia Terezinha Kniess

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (Brasil).

Pós-Doutora pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, São Paulo (Brasil)

Editora Adjunta de Gestão Pública: Profa. Dra. Sibelly Resch,

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Editor Executivo: Prof. Dr. Stanley Plácido da Rosa Silva

Instituto do Legislativo (ILP)